



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Escrita

A tendência do Governo é autorizar a importação de trabalhadores. Como falta um mecanismo eficaz para punir os infractores, muitos empregadores recusam-se a contratar trabalhadores locais e até os despedem para importar mão-de-obra estrangeira. Tudo isto é frequente no seio da nossa sociedade.

Segundo o “Relatório de Actividades do Comissariado contra a Corrupção de Macau 2012”, publicado no final do ano passado, um restaurante chinês sem alvará quase não tinha trabalhadores locais, mas recusou a contratação de oitenta e tal trabalhadores locais encaminhados pela Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL). Mesmo assim, a Coordenadora do Gabinete para os Recursos Humanos (GRH) autorizou o pedido de contratação de 16 trabalhadores não residentes apresentado por este restaurante, decisão esta que contrariou por completo a análise feita pelo técnico do GRH (que propôs o indeferimento do pedido). Assim, já podemos notar a facilidade do deferimento dos pedidos por parte dos serviços competentes.

Além disso, recebi, sucessivamente, queixas apresentadas por profissionais locais do sector da construção civil, a indicar que foram obrigados a suspender o seu trabalho ou que até foram despedidos sem justa causa, enquanto as obras ainda estavam em curso, mas a mão-de-obra importada continuou a poder lá permanecer, o que demonstra que os trabalhadores não residentes já passaram a ser os “substitutos” dos locais. Há dias, um grupo de profissionais deste sector realizou uma manifestação junto da DSAL, tendo alegado que



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

foram despedidos logo que os trabalhadores não residentes chegaram para ocupar os seus postos no serviço, tudo isto revelando imensas falhas no mecanismo de importação de trabalhadores.

Para acompanhar o assunto e solicitar o aperfeiçoamento do mecanismo de importação de trabalhadores, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Apresentei, no passado mês de Dezembro, uma interpelação sobre o referido relatório do CCAC, tendo exigido ao GRH que explicasse os motivos pelos quais não aceitou a análise feita pelo seu técnico sobre um pedido de contratação de trabalhadores não residentes, bem como solicitei o aperfeiçoamento do mecanismo de apreciação dos mesmos pedidos, só que algumas destas questões não foram abordadas na respectiva resposta. Os empregadores recusam a contratação de trabalhadores locais, mas, posteriormente, são autorizados a contratar trabalhadores não residentes, e este tipo de situação verifica-se frequentemente. Tudo isto demonstra falhas enormes no âmbito do mecanismo de apreciação dos pedidos para importar trabalhadores. Então, como é que este mecanismo do GRH consegue reflectir efectivamente o princípio da prioridade de contratação de trabalhadores locais, que é um dos requisitos legais?
2. Segundo o referido relatório do CCAC, um restaurante recusou a contratação dos trabalhadores encaminhados pela Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL), mas, mesmo assim, a Coordenadora do GRH deferiu o pedido de contratação de trabalhadores não residentes, apresentado por este restaurante, ainda que um técnico deste Gabinete tenha proposto o indeferimento deste pedido. A decisão do GRH retirou



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

indirectamente a eficácia da função da DSAL, que é proporcionar trabalho aos desempregados. Quanto a isto, o CCAC apontou a verificação da falta de rigor nos procedimentos adoptados pelo GRH para a avaliação e aprovação dos pedidos de contratação de trabalhadores não residentes. Então, que tarefas foram já desenvolvidas pelos serviços competentes, para o aperfeiçoamento do procedimento de avaliação e aprovação dos pedidos de contratação de trabalhadores não residentes? Alguma novidade já foi introduzida para suprir as falhas deste procedimento?

3. Os trabalhadores locais foram obrigados a suspender o seu trabalho ou foram até despedidos, logo que se deu a contratação dos trabalhadores não residentes, situação esta que continua a ser frequente, e as autoridades ainda não conseguiram resolver este problema, sendo a construção civil o sector mais afectado. O Governo deve prometer que vai cancelar as quotas concedidas às referidas empresas ou indeferir novo pedido, logo que se verificarem casos de infracção por parte destas empresas, com o objectivo de definir um mecanismo claro e com efeitos dissuasores destinado a punir as infracções. O Governo vai fazer isto?

17 de Abril de 2014

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM

Lei Cheng I